

A demissão da diretora do IBDF, Maria Thereza Jorge Pádua, pode ter sido apenas o início de uma crise maior, envolvendo o próprio secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que somente hoje, ao retornar de uma viagem aos Estados Unidos, saberá que sua parceira à frente dos problemas ambientais do País demitiu-se em sinal de protesto.

Embora a demissão de Nogueira Neto (que também se opunha, como Maria Thereza, à construção de uma estrada no Parque Nacional do Araguaia — autorizada à sua revelia durante sua ausência do País) seja improvável, um fato se torna patente: hoje ninguém segura ou tenta conter a devastação e poluição ambientais no Brasil. A caça profissional indiscriminada, a matança de animais em gestação e a destruição implacável da vegetação formam apenas o pano de fundo para uma cena ainda mais insólita: a poluição industrial, em áreas como Cubatão, chega a ser negada, contestando-se a priori todas evidências em contrário — este é o clima reinante, por exemplo, na Comissão Interministerial de Cubatão, criada por decreto presidencial (por sua vez motivado pela negativa repercussão internacional em torno da região mais poluída do mundo e suas crianças natimortas e deformadas).

Criada há nove meses para sugerir medidas de emergência, a Comissão está dividida entre os que defendem a desocupação imediata de Vila Parisi (cuja área é considerada vital para a expansão do pólo petroquímico da Baixada Santista) e os que sabem que essa Cubatão poluída é um símbolo das outras cidades-problema do País e por isso deve ser limpa e tornada habitável para seus 85 mil habitantes — 25 mil dos quais submetidos a um intenso bombardeio de gases corrosivo-causticantes, cercados por chaminés e pelo manguê-esgoto, de onde retiram peixes e outros frutos do mar envenenados por mercúrio, entre outros poluentes tóxicos.

Esta crise no IBDF já era pre-

Nosso repórter Randáu Marques mostra aqui como a demissão da diretora do IBDF ajuda a comprovar este fato inegável: ninguém segura a devastação no Brasil.

A crise na política ambiental brasileira

vista há nove meses (época em que o governo federal interveio na situação ambiental de Cubatão), quando as mais expressivas entidades conservacionistas mundiais concederam à dupla Maria Tereza Jorge Pádua e Paulo Nogueira Neto o seu prêmio máximo, o **Paul Getty** — normalmente concedido a personalidades que realmente conseguem proteger a natureza (o que não é o caso do IBDF e da Sema, destituídos de verbas, fiscalização, apoio técnico e poder; sustentados tão-somente para manter as aparências).

No documento que os 25 técnicos da equipe de Maria Tereza devem entregar ao presidente do IBDF hoje à tarde (em solidariedade à diretora demissionária) surgem outras provas da falência da política ambiental brasileira: praticamente todos os 24 parques nacionais também estão sendo devastados, a exemplo do que ocorre no território nacional adjacente. Até as assinaturas, carimbos, papéis timbrados e autorizações da diretoria do IBDF são livremente utilizados pelos contrabandistas de peles de jacaré, onça, veado, capiva-

ra, lontras e ariranhas. Os seiscentos e poucos guardas florestais do IBDF não ganham o suficiente para se manter uniformizados e calçados; os seus poucos barcos e jipes raramente são abastecidos; falta munição para o revólver calibre 38 com os quais, às vezes, tombavam no confronto com o armamento pesado dos contrabandistas internacionais. (E isto ocorreu, como dizem os técnicos do IBDF, num passado remoto: atualmente até delegados do órgão são cúmplices do tráfico internacional de animais em extinção.)

A série de reportagens "Pantanal da Morte", publicada pelo JT, segundo a própria Maria Tereza Jorge Pádua, acabou "funcionando como uma gota d'água final, aquela que faz transbordar o resto e precipita e legítima decisões como a que tomei. Eu não poderia fazer de conta que a reportagem não existe, que não está traçando um retrato fiel e corajoso da realidade, demonstrando toda nossa impotência face à chacina" — afirmou Maria Teresa após apresentar seu pedido de demissão ao presidente do IBDF, Mauro Reis (o qual, por sua

vez, reluta em revelar as fotos do satélite Laudeat que recebeu do Inpe, registrando recordes de devastação florestal na Amazônia, devido à falta de uma política específica para a região, como a que desde 1980 permanece "arquivada temporariamente" no Conselho de Segurança Nacional, no Palácio do Planalto).

A última grande esperança de que o governo federal fosse sensível às questões ecológico-científicas terminou, na verdade, em junho de 1981, quando o vice-almirante Ibsen de Gusmão Câmara — ex-vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e representante de uma grande parcela de militares-conservacionistas, "geopolíticos esclarecidos" e "castelistas" — foi alijado do quadro de acesso à ambicionada quarta estrela (ocupava o 2º lugar no Almanaque da Marinha até as promoções de 31 de março de 1981) pelo Alto Comando da Armada. Gusmão Câmara permaneceu mais de quatro anos na vice-chefia do Enfa, incentivando a adoção de medidas conservacionistas, a criação da Sema, etc.).

Um decreto presidencial transferiu o vice-almirante e candidato à quarta estrela para a reserva, aniquilando em definitivo com a esperança dos que acreditavam que o Código Florestal viesse a ser regulamentado, que o IBDF fosse reestruturado para fazer parte de um sonhado ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais, englobando inclusive a proteção aos recursos hídricos, e retirando-se da Sudepe (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) atividades consideradas estratégicas, como, por exemplo, a proteção à fauna fluvial, às piracemas como a do Taquari (veja reportagem na última página).

"Entre manter as aparências em torno da pilhagem do patrimônio florestal e ambiental, fingindo que está tudo bem, Maria Tereza finalmente colocou um ponto final na farsa: ninguém liga para o meio ambiente no Brasil, exceto o povo" — sintetizava um colega da técnica ontem à tarde.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Journal de São Paulo

Class.:

Data:

13/12/82

Pg.: